

**FOSSO SOCIAL** Segundo estudo do Banco Mundial, região é a mais desigual do mundo e não saiu do lugar nos últimos 50 anos

# Cresce desigualdade entre latinos, diz Bird

FERNANDO CANZIAN  
DE WASHINGTON

A América Latina aprofundou sua condição de região mais desigual do mundo durante os anos 90, comprometendo qualquer esforço para a retomada de um crescimento sustentável.

O Brasil, apesar de uma pequena melhora nos últimos anos, segue apresentando um dos maiores abismos entre pobres e ricos no mundo.

As conclusões são do estudo "Desigualdades na América Latina: Rompendo com a História?", de 498 páginas, apresentando ontem pelo Bird (Banco Mundial).

O órgão afirma que a América Latina sofre hoje de "excesso de desigualdade" e defende, especialmente para o Brasil, políticas urgentes de cotas para minorias como forma de "romper o ciclo histórico" que perpetua as diferenças na região.

O trabalho enfatiza que a desigualdade não será eliminada — "como demonstram os últimos 50 anos" — apenas com medidas econômicas.

"A desigualdade na região tem raízes históricas, no processo de colonização, e tem sido reproduzida e mantida ao longo do tempo", diz o economista brasileiro Francisco Ferreira, um dos autores do estudo.

Políticas de inclusão de minorias, acesso a crédito e a propriedades, a serviços básicos (especialmente a educação) e até uma presença maior do Estado — com um consequente fortalecimento das instituições democráticas — são apresentados como "fundamentais" para combater as desigualdades.

O trabalho cruzou pela primeira vez 52 pesquisas realizadas em 3,6 milhões de domicílios de 20 países da América Latina e do Caribe entre 1990 e 2001.

A principal conclusão é que os 10% mais ricos da região detêm hoje 48% da renda total. Na outra ponta, os 10% mais pobres ficam com apenas 1,6% do bolo.

"Com exceção da África subsaariana, a América Latina é mais desigual em qualquer indicador: renda, gastos com consumo, influência política, poder de decisão e acesso a serviços como saúde e educação", diz o estudo.

Nos anos 90, a desigualdade tornou-se "mais uniforme" na América Latina como consequência das crises na Argentina, Venezuela e Uruguai, países antes considerados menos "injustos".

Segundo o estudo, a desigualdade

de no país menos desigual da América Latina — o Uruguai — é maior do que no país mais desigual do Leste europeu e nos países industrializados.

Nesse contexto, o Brasil continua o "mais desigual da região mais desigual". O país só perde em desigualdade de renda para cinco nações africanas: Namíbia, Botsuana, República Centro-Africana e Suazilândia.

Segundo o Banco Mundial, o Brasil foi o "único país a ter uma modesta" melhora nos indicadores de desigualdade na América Latina durante os anos 90.

O índice Gini — uma escala que vai de 0 a 1, na qual 1 é o pior indicador e representa a maior desigualdade possível — do país caiu de 0,59 no início dos anos 90 para 0,57 uma década depois. O índice é um parâmetro internacionalmente usado para medir a concentração de renda.

De resto, todos os outros latino-americanos pioraram.

O caso da Argentina é considerado "dramático", especialmente se for levada em conta uma série histórica mais longa.

De 1974 a 2002, por exemplo, o índice Gini da região metropolitana de Buenos Aires passou de 0,34 para 0,53.

## Entrave ao crescimento

Se a desigualdade em si já é ruim, o Banco Mundial destaca ainda que a diferença de padrão entre ricos e pobres na região — no Brasil em especial — é um poderoso entrave a qualquer política de crescimento sustentável.

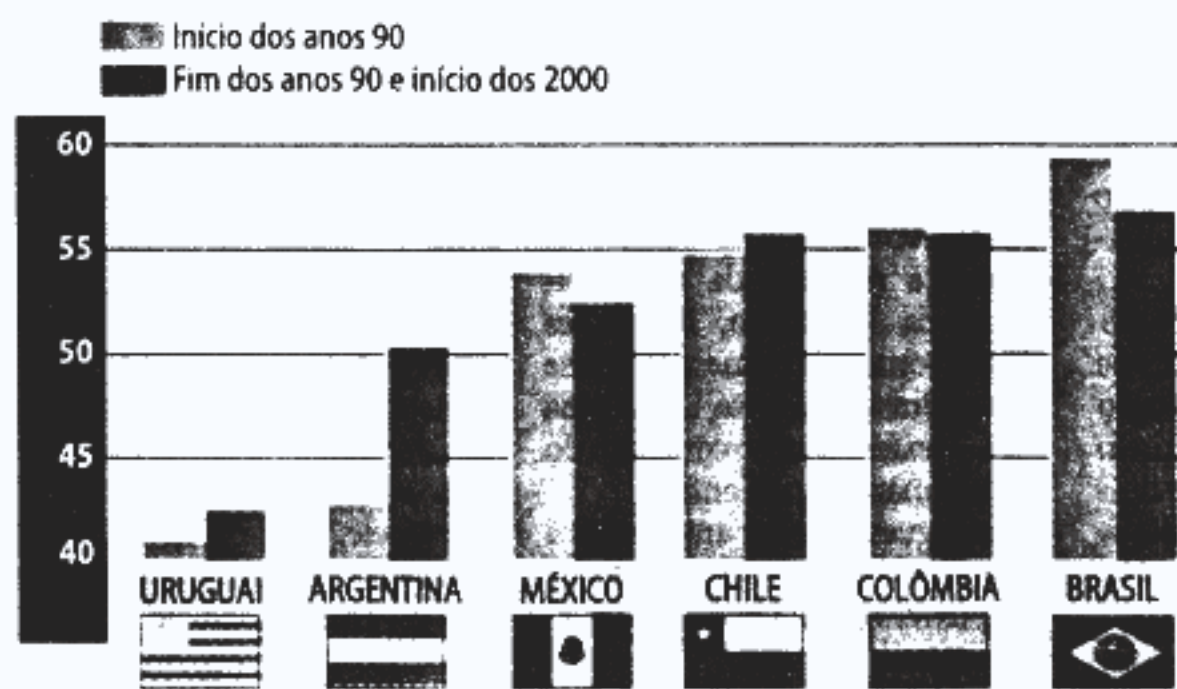
"Além de reduzir mais lentamente a pobreza para cada ponto percentual de crescimento econômico, a desigualdade segura também o próprio ritmo de desenvolvimento", diz o estudo. "No limite, a combinação desses fatores [pobreza, desigualdade e crescimento lento] torna impossível aos países escapar da mais absoluta pobreza."

O Banco Mundial sustenta essa tese ao afirmar que a América Latina não saiu do lugar, em termos de pobreza e desigualdade, nos últimos 50 anos.

"As cinco últimas décadas tiveram ciclos de forte expansão econômica e recessões; modelos de crescimento baseados no consumo interno ou nas exportações; intervenções do Estado e reformas liberais; ditaduras e democracias. Essas mudanças não modificaram em nada a situação de distribuição de renda", afirma o trabalho.

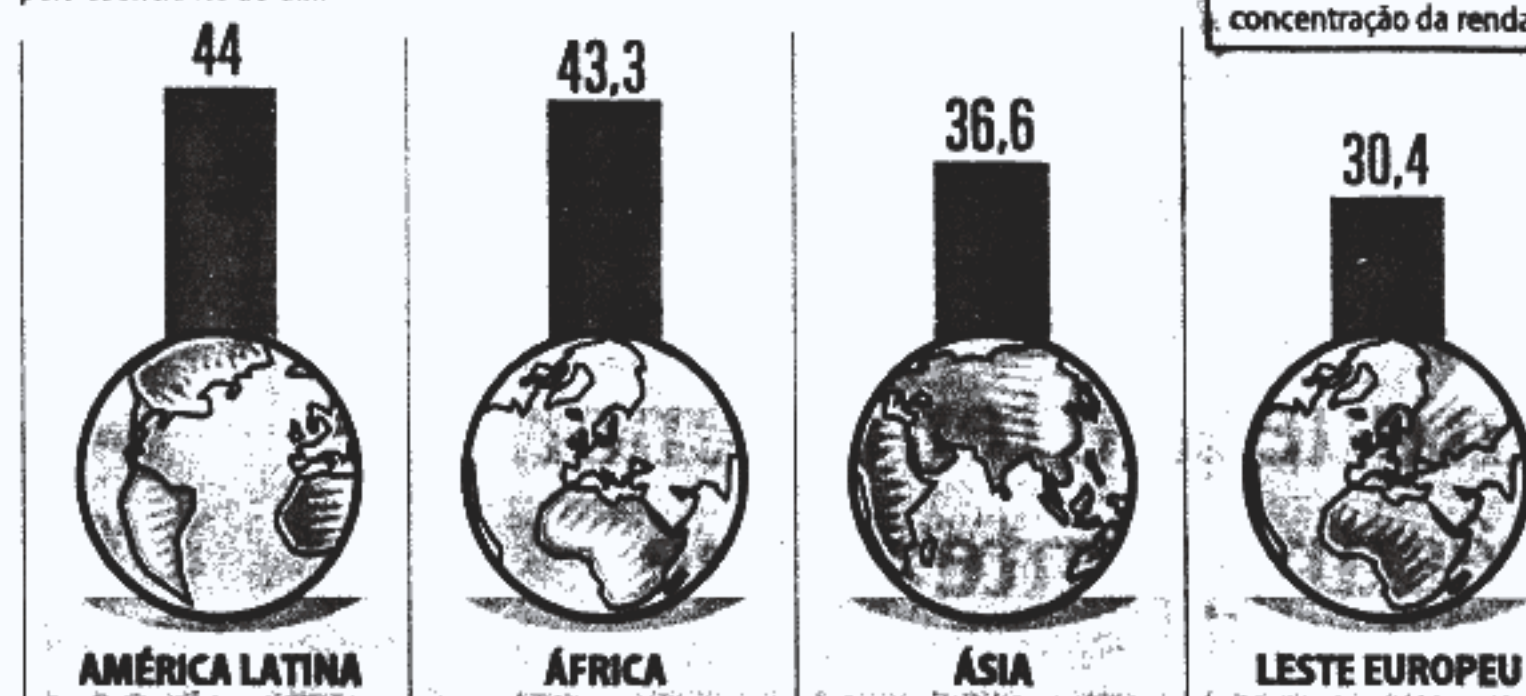
## DESIGUALDADES NA AMÉRICA LATINA

Coefficiente de Gini por país da América Latina



## Região com maior desigualdade

Distribuição de renda familiar por renda per capita, nos anos 90, média pelo coeficiente de Gini



Fonte: Bird (Banco Mundial)

Editoria de Arte/Folha Imagem

■ No início dos anos 90, a desigualdade social medida pelo coeficiente de Gini era muito maior no Brasil do que nos demais latino-americanos  
■ No fim da década passada e início desta, as discrepâncias diminuíram, graças, segundo os autores, aos bons desempenhos de México e Brasil e à estabilidade da Colômbia

O que é Índice Gini  
Indicador de concentração de renda que varia de 0 a 1 (ou de 0 a 100). Quanto mais próximo de 1, ou, no caso de 100, maior a concentração da renda

## Educação para poucos explica fosso no Brasil

DE WASHINGTON

O estudo do Banco Mundial derruba o mito de que o Brasil é um país de grande mobilidade social — onde os filhos dos mais pobres "sobem na vida" com o tempo.

Segundo o trabalho, comparado com outros países da América Latina, o Brasil tem ainda menos mobilidade.

A principal razão do "fenômeno", segundo o Bird, é o acesso à educação, diretamente relacionado às oportunidades de ascensão.

"Filhos de pais não-educados tendem a se manter também no mesmo nível. Na verdade, o Brasil é um dos países com o menor nível de mobilidade educacional do mundo", diz o trabalho.

O Banco Mundial afirma no estudo que a mobilidade social existente no Brasil está concentrada, basicamente, nos Estados mais desenvolvidos, o que ajuda a perpetuar as diferenças de renda, oportunidades e educação pelo país. (FCZ)

## NE prefere trabalhador sem estudo

DE WASHINGTON

Empresas e Estados do Nordeste brasileiro têm preferido e estimulado a contratação de empregados menos educados no país como forma de constituir uma força de trabalho "mais dócil, menos móvel e com menos aspirações", afirma o Banco Mundial.

Em "Os Negócios da Elite e o Medo da Educação", um dos tópicos do trabalho divulgado ontem, o Banco Mundial afirma que "a elite modernizante" no Nordeste prefere contratar pessoas que tenham apenas o ensino primário.

Os governadores nordestinos, diz o estudo, "apóiam a estratégia das empresas" oferecendo uma série de subsídios para treinamento e estimulando a retórica de que seus Estados têm mão-de-obra competitiva em relação a outras economias emergentes.

O trabalho afirma que o Nordeste brasileiro é uma prova de

que "antigos fatores que levam à iniquidade social são impressionantemente adaptáveis" aos governos democráticos.

"A educação primária oferece o básico para que esses trabalhadores, com um pouco de treinamento, se tornem competitivos em relação a regiões nas quais os salários para as mesmas funções são significativamente mais altos."

O estudo acrescenta que várias empresas do Sul do Brasil têm se mudado para o Nordeste atrás dos "estímulos" dos governos.

"Os incentivos [estaduais] privilegiam o treinamento de pequenos grupos de trabalhadores, quando o dinheiro poderia ser aplicado em uma melhora generalizada do ensino público", afirma o estudo.

No Brasil, como exemplo, trabalhadores com mais anos de educação ganham até 6,5 vezes mais, na média, do que a mão-de-obra menos qualificada. (FCZ)

## Lula é exceção, diz professor da FGV

CLÁUDIA TREVISAN

DA REPORTAGEM LOCAL

Ao contrário do que faz supor a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a mobilidade social no Brasil tem limites e não costuma provocar revoluções na vida dos cidadãos, afirma Marcelo Neri, professor da Fundação Getúlio Vargas. "Poucos mudam muito, e muitos mudam pouco."

Segundo Neri, a maioria das pessoas costuma ascender um ou dois degraus na escala social. Lula também é uma exceção quando se consideram as razões da mudança. "Os que mudam muito costumam ter mobilidade educacional", observa o professor.

O grau de escolaridade é o principal fator de transformação na situação social, destaca. Os últimos dados disponíveis, de 1996, mostram que entre os 10% mais pobres da população, 38% tinham educação superior à do pai. Na

faixa dos 10% mais ricos esse valor era de 55%. Isso significa que o grau de mobilidade social era maior no topo da pirâmide, onde a maioria dos filhos estava em melhor situação que a do pai.

Com base na escolaridade, Neri diz que é possível constatar aceleração no grau de mobilidade social no Brasil. Na faixa de pessoas com 15 a 20 anos, 79% tinham educação superior à de seus pais em 1996. O percentual vai diminuindo na medida em que aumenta a idade. Na população de 40 a 45 anos ele é de 41%, na com mais de 70 anos, de 30%. Os dados fazem supor que os mais jovens terão maior possibilidade de ascensão na pirâmide social.

"O investimento em educação é o principal fator no entendimento das diferenças de renda no Brasil", afirma Neri. Segundo ele, esse é o elemento que explica não só a desigualdade, mas o grau de mobilidade social.